

A disciplina ‘Estudos Amazônicos’: História, memória de professores e os livros didáticos (1990-2000).

DAVISON HUGO ROCHA ALVES\*

Resumo: A comunicação pretende debater o resultado de pesquisa desenvolvido no mestrado no qual por meio dos livros didáticos regionais e da memória de professores no estado do Pará, em 1990, estudamos a história de uma disciplina regional. Queremos debater os caminhos do ensino de História da Amazônia e a produção de uma identidade regional que produz efeitos e significados sobre o currículo e a prática docente. A partir do aporte teórico-metodológico de André Chervel (1990), Ivo Goodson (1997), Allain Choppin (2004), Circe Bittencourt (2007) e Arlete Gasparello (2013) procuramos entender os sentidos atribuídos por estes professores no estado do Pará ao conceito de Amazônia, a partir da produção didática lançada para uso nesta disciplina.

Palavra-chave: Amazônia – Estudos Amazônicos – História Regional - Livros didáticos.

Florestas, grandes projetos econômicos, cidades, rios, rodovias, meio ambiente, desmatamento, hidrelétricas, poluição, sustentabilidade, mudaram a paisagem do espaço amazônico desde os anos 1960, quando ocorreu uma aceleração da História amazônica ocasionando consequências sociais e ambientais, principalmente, para esta região. A floresta sofreu grande impacto com o processo de desenvolvimento econômico proposto pelos governos militares a esta região no último quartel do século XX, causando disparidades regionais devido à forma como aconteceram as transformações econômicas e sociais para a região e sua gente.

Esta comunicação tem como objetivo compreender a história da disciplina Estudos Amazônicos, utilizando-se dois caminhos para isto, que são: no primeiro momento contar a história deste movimento curricular, fazendo entrevistas com os professores que participaram desse processo durante os anos 1990 no Estado do Pará, e no segundo momento fazer uma análise de duas propostas didáticas lançadas neste momento para serem usados pelos professores da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, pelo limite de páginas concentramos as nossas análises somente no processo de criação desta disciplina regional.

As reflexões feitas durante minha participação no “Projeto Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência” (PIBID) durante o ano de 2010 sobre a disciplina ‘Estudos

---

\* Pesquisa que resultou na dissertação de mestrado pelo Programa em História Social da Universidade Estadual do Rio Janeiro (UERJ), que foi intitulada “Contando a História do Pará: A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ e os livros didáticos (1990 – 2000). Professor Assistente do curso de História da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, e-mail: [davison.rocha@unifesspa.edu.br](mailto:davison.rocha@unifesspa.edu.br)

Amazônicos’, sendo realizada na escola estadual Deodoro de Mendonça é o ponto de partida desta pesquisa. A hipótese à época levantada entre os professores da rede estadual era que esta disciplina regional não possuía materiais didáticos para uso por alunos e professores nas escolas públicas. No entanto, isto não era algo condizente com a minha formação, enquanto aluno do ensino fundamental nesta década, haja vista que durante os anos 90 e início dos anos 2000 ocorreram à produção de dois livros didáticos no Pará que foram produzidos pelos professores Violeta Loureiro<sup>1</sup> e Gérard Prost<sup>2</sup>.

Os livros escolares lançados por estes professores apresentam abordagens diferenciadas sobre a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, isto ocorre porque ela é uma disciplina interdisciplinar, e possui livros regionais escritos por historiadores, geógrafos e sociólogos. Indagado sobre isto, este projeto de pesquisa dialoga com esta questão partindo do pressuposto de que há uma historicidade a ser contada sobre esta disciplina criada no Estado do Pará após a redemocratização, haja vista, que a região amazônica se tornou um espaço de disputa de poder, de influências políticas e de debates em torno de suas exuberâncias, fragilidades e riquezas naturais.

No contexto dos anos 1990 existe uma preocupação em evidenciar a Amazônia no currículo escolar, para isso foi inventado um currículo escolar, e elaborado dois livros didáticos. Percebemos que há um distanciamento de uma proposta curricular que tem na História do Pará o centro de sua narrativa didática, quando se colocam em questão alguns eventos chaves como a fundação da Belém, a chegada dos jesuítas, o período de Marquês de Pombal, a Cabanagem, o período da Borracha, a era do intendente Antônio Lemos, a revolução de 1930 no Pará e o governo de Magalhães Barata, os governos militares e a

---

<sup>1</sup> A professora Violeta Refkalefsky Loureiro possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (1969), Mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1985), Doutorado em Sociologia - Instituto des Hautes Etudes de l’Amérique Latine (1994) e pós-doutorado na Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos Sociais, da Faculdade de Economia. Atualmente é Professora Voluntária - associada nível 4, da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Sociologia do Desenvolvimento e Metodologia das Ciências Sociais, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia, Desenvolvimento e Conflitos. Professora e pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e professora no Programa de Pós-Graduação em Direito, ambos da UFPA.

<sup>2</sup> O professor Geógrafo e historiador Gérard Prost, ele foi bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) trabalhando no Museu Paraense Emílio Goeldi. O segundo volume desta obra lançada durante o ano de 1998, foi dedicado in memoria a este pesquisador que faleceu em viagem ao Egito após a conclusão deste manual didático.

guerrilha do Araguaia, para trazer como centro de discussão as características geográficas, os aspectos positivos e negativos da Amazônia, os problemas ambientais, as questões sociais e do impacto exercido sobre a floresta amazônica com a ação do homem a partir dos anos 1960. A segunda perspectiva é a caracterização do campo disciplina “Estudos Amazônicos” no estado do Pará.

### **1 – Justificativa do tema e o corpus documental da pesquisa.**

As pesquisas sobre o ensino de História local no Pará são ínfimas, atualmente colocamos em destaque na produção historiográfica sobre o ensino de história no Pará, a dissertação sobre o tema da historiadora Stela Morais (2002) sobre a prática de ensino dos professores de História em escolas públicas e particulares, que atuaram na docência dos anos 1990, tendo como metodologia de pesquisa o uso da história oral, ela admite que não seja amplo o debate sobre ensino de história, tendo como objeto de análise a cidade de Belém, a autora vem fazer algumas reflexões sobre os paradigmas que a ciência história adquiriu nos anos 80 e quais foram os seus impactos nas aulas de História do ensino Médio. Os historiadores no Pará ainda não fizeram uma reflexão sobre os usos do livro didático regional, bem como sobre a escrita da História regional ficando somente limitado ao estudo ainda que dispersos sobre a prática de ensino da disciplina Estudos Amazônicos, que atualmente é a única disciplina que existe sobre a história regional.

Sobre a disciplina 'Estudos Amazônicos' temos trabalhos espessos concentrando suas especificidades seja no currículo, nos problemas de ensino e no estudo de caso da cidade de Marabá, por exemplo, ainda não foram feitas reflexões sobre os manuais escolares a ser usados por professores desta disciplina no início do século XXI, bem como trabalhos que analisem a prática pedagógica dos professores em várias regiões do Estado do Pará. O artigo de Mourão, Airoza e Santana (2013, p.3) publicado em Workshop de História ambiental traça uma abordagem sobre a prática de ensino da disciplina Estudos Amazônicos dialogando com os problemas que se apresenta quando fora criado a disciplina na rede estadual, os autores remetem-se a três pontos chaves que são: a qualificação profissional para ministrar esta disciplina, o conteúdo programático a ser ministrado pelo professor e os recursos didáticos que estão disponíveis para uso de alunos e professores desta referida disciplina, tendo esta

problemática como argumento para a elaboração de uma coleção didática para ser utilizada pelos professores da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, que foi lançada em 2013 pela editora Samaúma em Belém . São questões importantes diante das perspectivas do ensino de História da Amazônia, pois, a inclusão desta disciplina no currículo do Ensino Fundamental torna-se uma oportunidade para que os alunos desta região conheçam o maior banco genético do planeta e alguns temas amazônicos que estão presentes no seu dia-a-dia.

O artigo apresentado como trabalho de conclusão de curso das autoras Silva e Santos (2014) teve como pretensão analisar e discutir a consistência, a contemporaneidade e a contextualização dos conteúdos presentes na disciplina ‘Estudos Amazônicos’. Para este efeito as autoras elegeram como objeto de análise o conjunto de temas propostos para serem discutidos na disciplina. Para tal questão as autoras avaliaram a pertinência de temas presentes nesta disciplina tendo como situação-problema da pesquisa em compreender se os conteúdos de História alcançam as questões regionais propostas por esta disciplina escolar.

O artigo de Daniel Almeida (2010) apresenta um estudo de caso realizado na cidade de Marabá sobre a prática de ensino da disciplina ‘Estudos Amazônicos’ a partir dos professores de Geografia, tentando compreender quais os objetivos dessa disciplina e a relação contida com a disciplina Geografia. A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ nesta cidade da região sudeste do Pará apresenta a organização espacial da Amazônia, as formas de ocupação e apropriação pelos diferentes sujeitos sociais que organizam o território. Este autor ressalta que a importância desta disciplina na grade curricular é importante, pois, é um momento de discussão e conhecimento da história geográfica da Amazônia, percebendo qual a funcionalidade da região no contexto de formação do país.

O objetivo do artigo de Tiese Junior (s.d) é analisar os discursos escritos e falados, acerca da disciplina escolar da rede pública do ensino básico, do Estado do Pará, chamada de “Estudos Amazônicos”, componente curricular obrigatório do 6º ao 9º ano, do ensino fundamental, e do 2º ano, do ensino médio da rede pública de ensino. Para isto, o autor tenta compreender as reflexões de natureza interdisciplinar acerca desta disciplina, e o lugar ocupado pelo debate amazônico, no interior da escola pública da região, em sua vertente dita

formal, bem como, provocar reflexões sobre aspectos ditos, e/ou não ditos, da Amazônia ensinada.

O currículo proposto pela secretaria Estadual de Educação para a disciplina ‘Estudos Amazônicos’, e comparar com a mensagem curricular que é veiculada nos livros didáticos regionais no Pará. A história regional segundo Circe Bittencourt (2007, p.48) ganhou destaque durante os anos 90, principalmente no surgimento de propostas curriculares que visavam à integração regional latino-americana, pois, a disciplina escolar História era vista como uma ferramenta indispensável para a concretização de mudanças sociais, isto pode ser visto quando se elabora um sentimento de identidade regional no Pará como resultado de um contexto histórico em que se estava discutindo a internacionalização da Amazônia. Os autores dos manuais didáticos constroem um currículo para ser ensinado nesta disciplina regional, e escolhem problematizar a região amazônica no espaço escolar, evidenciando suas experiências e aspectos histórico-ambientais. Pretende-se compreender qual a leitura que estes autores consideram importantes sobre o passado e a Amazônia.

Compuseram o *corpus documental* desta pesquisa: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996; os Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de História, publicado no ano de 1997 para séries finais do ensino fundamental; a Resolução nº **630/1997**, dispõe da parte diversificada do currículo escolar da SEDUC; Resolução nº **231/1998**, estabelece normas que disciplinem a parte diversificada do currículo do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Pará; a Orientação para a implantação e estruturação do modelo curricular para o ensino fundamental, a partir de 1999, com base nas novas diretrizes para o ensino fundamental (MEC/CNE). Belém: Diretoria de Ensino/SEDUC, dezembro de 1998; e os dois livros regionais lançados nos anos 1990 no Governo do Estado do Pará para uso da disciplina Estudos Amazônicos: História do Pará: das primeiras populações à cabanagem (vol.1), de Gerard Prost; História do Pará: do período da borracha aos dias atuais (vol.2), de Gerard Prost; Amazônia: meio ambiente (vol.1), de Violeta Refkalefsky Loureiro; Amazônia:

História e análise de problemas – do período da borracha aos dias atuais (vol.2), de Violeta Refkalefsky Loureiro<sup>3</sup>.

Nesta pesquisa estamos trabalhando com dois grupos de professores/autores de livros didáticos regionais no Estado do Pará, de um lado estão os professores acadêmicos que chancelam a autoria de duas coleções didáticas que são os professores-pesquisadores Violeta Refkalefsky Loureiro e Gerard Prost. O outro grupo é formado por professores de História da rede estadual de educação, que não estavam na academia, mas em sala de aula<sup>4</sup>, colaborando com a escrita e a pesquisa para a elaboração do livro didático regional publicado pelo projeto Estante Amazônia, fazendo pesquisa bibliográfica sobre cada tema específico tendo como suporte a historiografia de cada capítulo, bem como realizando pesquisa de campo no Arquivo Público do Estado do Pará (APEP) e no Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) em busca de fontes primárias para a construção de cada capítulo, no entanto, neste mesmo grupo de professores havia os que foram cedidos para a Secretaria Estadual de Educação como foi o caso dos professores Maria de Fátima Oliveira e William Junior na função de técnicos pedagógicos, e os professores como Ribamar de Oliveira e Edilena Barbosa continuaram em sala de aula, mas que também colaboraram com a pesquisa e a escrita do livro didático regional.

### **3. História regional, currículo e disciplina escolar: questões teórico-metodológicas.**

Segundo Yves Chevallard (1991), a noção de disciplina escolar está ligada a um processo de transformação e recriação de saberes no que estão envolvidos diversos agentes e dispositivos, que atuando em diferentes instâncias transformam saberes sociais de referência em saberes escolares, sempre considerando a sua historicidade, essas construções e processos possuem dimensões epistemológicas, sociais e históricas que possui no decorrer do tempo à participação efetiva dos professores e dos autores de livros didáticos. Percebemos que a disciplina escolar criada no Pará, durante os anos 1990 não se encontrava consolidada nos

---

<sup>3</sup> Esta coleção de Estudos possui 5 edições: 2000 (1ª ed.); 2002 (2ª ed.); 2005 (3ª ed.); 2011 (4ª ed.) e 2015 (5ª ed.).

<sup>4</sup> Os professores de História que participaram a construção do livro didático História do Pará, foram: André Alvarez, Edilena Lourdes Barbosa, Maria de Fatima de Oliveira, Raymundo William Tavares Junior e José Ribamar de Oliveira.

saberes de referência, ela precisava se transformar em um saber escolar possível de ser ensinado aos alunos, percebemos que isto é uma problemática central que está permeada no centro de discussão da formulação desta disciplina. Segundo Arlete Gasparello (2013a, p.152) os professores/autores deixaram em sua produção escrita as marcas do seu contexto educacional específico – o ensino de História – com seus princípios, conceitos e categorias emergentes ou recriadas na prática cotidiana de suas aulas. Compreender quais foram às marcas registradas sobre a Amazônia, por estes professores/autores de livros didáticos regionais, nos anos 1990, é o segundo objetivo que este projeto de mestrado pretende fazer quando for analisar essas produções didáticas.

A História das disciplinas escolares é um campo de investigação que “atualmente passa por história, geografia, física, inglês, etc., deve ser tratado como uns produtos sócios históricos como o resultado de conflitos passados entre grupos adversários que buscam tais matérias deformam diferentes” (YOUNG apud VINÃO, 2008, 181). Dialogando com essa questão, pretendemos fazer neste capítulo uma investigação sobre esta disciplina inventada exclusivamente para o espaço escolar, pois, diante da realidade educacional dos anos 90 e da necessidade de debater temas regionais no espaço escolar, os professores/autores de livros didáticos regionais no Pará configuram uma nova tradição no espaço que tem como foco de análise as questões recentes pelo qual passou a região amazônica e não mais os aspectos político-econômicos da História do Pará.

Sobre a história das disciplinas escolares e da construção social do currículo, utilizamos os conceitos de Chervel (1990) e Goodson (1997) para conceituar a expressão campo disciplinar. Consideramos que os autores Chervel e Goodson dialogam da perspectiva que as disciplinas escolares se formam no interior de uma determinada cultura escolar, formando entidades epistemológicas relativamente autônomas quando elas estão relacionadas às chamadas “ciências de referência”. A escola é vista como uma instituição histórico-social, que obedece a construções particulares e específicas das quais participam vários agentes – tanto internos quanto externos a ela – que a partir das pressões sociais sofrem modificações e compõem um “lugar social” de produção de saberes próprio. A disciplina Estudos Amazônicos surge com essa finalidade, de ser um saber exclusivamente voltado para a escola.



As dimensões constitutivas do ensino de História durante os anos 1990 foram redimensionadas, diante do contexto liberal-conservador, com disputas e lutas entorno de uma nova política educacional, percebemos que a LDB assume esse papel de redimensionar as políticas educacionais deste período, que adentra o século XXI sendo feitas reformulações em determinadas questões acabando reforçando uma educação multiculturalista. As marcas do período estudado são a política neoliberal e o crescimento do conservadorismo.

Compreende-se que trazer para o centro do debate determinado recorte regional possibilitou assim ampliar o objeto de análise da historiografia, valorizando as particularidades regionais que também fazem parte da história do nosso país. A região configura-se como campo de pesquisas

Só se entende, então, metodologicamente falando, como parte de um sistema de relações que ela [região] integra. Deve, portanto, ser definida por referência ao sistema que fornece seu princípio de identidade. Assim, pode-se falar tanto de uma região em um sistema internacional ou dentro das unidades de um sistema político federativo. Pode-se falar igualmente de uma região cujas fronteiras não coincidem com as fronteiras políticas juridicamente definidas. (BARROS, 2005, p.152)

Consideramos as reflexões de Durval Muniz de Albuquerque Junior sobre o conceito de região como “espaço de luta fruto de uma conquista, fronteiras nascidas da implantação de um governo ou dominação. A região é fruto de operações estratégicas, políticas, administrativas, físicas e militares” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 57), onde ela é a constituição “em grande medida, frutos dos saberes, dos discursos que a constituíram e que a sustentam” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2008, p. 59). A região amazônica durante os anos 1960 era um “espaço vazio” que precisava ser “ocupado” segundo a concepção dos governos militares, portanto, esta região configurava-se como uma fronteira aberta que foi alvo de disputas, migrações, ocupações ao longo dos anos 1960, 1970 e 1980. Construiu-se nesta região uma nova cultura política que tinha na agricultura, pecuária, atividade madeireira e no latifúndio as bases de uma nova sociedade regional.

O Estado brasileiro passa a implantar inúmeros projetos políticos e sociais que tentam observar os graves problemas históricos referentes às desigualdades econômicas e sociais da região, bem como o problema do isolamento em relação ao restante do país, a partir dos anos



50 do século XX, mas que se intensifica nos anos 1960 com as políticas de incentivos fiscais e os grandes projetos. A lógica de ocupação da região começou com a construção das rodovias Belém/Brasília, Transamazônica, Santarém/Cuiabá dentre outras, que passam a receber elevados investimentos estatais. A partir deste momento a Amazônia passa a se tornar uma fronteira econômica, havendo intensos fluxos migratórios e tendo altamente valorizadas as terras as margens das estradas federais.

As políticas desenvolvimentistas dos governos militares transformam a região amazônica em uma vasta expansão do capital, este novo modelo intensifica-se com um modelo de povoamento e urbanização centrado nos fluxos econômicos – públicos e privados – e migratórios para essa região (CASTRO, 2009, p.13), que estava alicerçado com as características: concessão de incentivos fiscais, que de acordo com a lei 5.174/66 as empresas ficavam isentas de pagar Impostos Sobre Exportação e o Imposto de Renda; a venda de terras públicas para grupos econômicos; o aumento dos conflitos agrários (a partir dos anos 1970) pela disputa da posse da terra, a desvalorização da floresta e o aumento das queimadas; a expansão das atividades como a pecuária e a madeireira, conseqüentemente provocando o aumento do desmatamento. A terra na Amazônia tornou-se um elemento central para a obtenção de recursos do governo federal, ou então, para uso de revenda.

Entre as discussões feitas sobre o currículo escolar e a história das disciplinas escolares estão os livros didáticos regionais, não como meros reprodutores de conhecimentos sobre o passado, mas como uma forma de escrita da História, que se ocupa da experiência do homem no tempo e serve para conformar uma memória social sobre determinado espaço.

A história regional ao distanciar-se dessa “história tratados-e-batalhas” define a história-problema a partir da realidade vivida do aluno, na perspectiva de ter outro olhar sobre o passado, Gasparrello (2009, p. 98) nos argumenta que a história do lugar precisa ter um caráter formativo ao situar o aluno no contexto de sua vivência, mas sem se limitar ao enfoque, ou seja, a particularidade local, esta precisa ser articulada ao contexto nacional e determinados momentos ao contexto internacional. A história da região amazônica permite que o professor faça essas conexões entre o local e o global. O livro didático é considerado o currículo visível na escola e um dos dispositivos específicos do processo de escolarização (GASPARELLO, 2013a, p. 19), portanto, podemos através de uma disciplina escolar analisar

os sentidos que aquela determinada geração atribui ao conhecimento histórico escolar, percebendo o grau de interferência que os sujeitos fazem ao elaborarem, por exemplo, um livro didático regional.

Dialogando com a concepção de André Chervel (1990), sobre o estudo da história das disciplinas escolares percebe-se que há certo grau de autonomia epistemológica atualmente no campo de pesquisa sobre as disciplinas escolares, quando estas se propõem a pensar “questões relativas à produção e à transmissão de conteúdos específicos de uma disciplina” (GABRIEL, 2007, p. 239). Este aspecto pode ser analisado no currículo para ser ministrado na disciplina Estudos Amazônicos, quando esta elege como centro de discussão uma análise dos problemas amazônicos, desde o período da borracha até os dias atuais como uma das propostas de ensino no Estado do Pará. Compreendemos que a história é um dos componentes de estudo dentro da disciplina ‘Estudos Amazônicos’, os professores/autores destes manuais didáticos ao egerem posições diferenciadas a este campo de estudo sobre o tempo e as sociedades, acabam elaborando leituras do passado selecionando conteúdos significativos<sup>5</sup> sobre a Amazônia, que julgam necessário aprender na escola.

Compreende-se que assim como o currículo, o manual escolar é fruto de disputas que conformam identidades a serem influenciadas internas e externamente no espaço escolar, são considerados discursos, documentos de uma época, ou seja, os currículos carregam determinados valores identitários com uma finalidade de produzir identidades fixas (STHEFHANOU, 1998). A necessidade de se considerar todo o processo histórico no qual se constrói uma disciplina ao longo do tempo e não analisar somente os materiais didáticos produzidos por esta, nos permite compreender os sentidos de uma história regional em sua totalidade. Por isso, é necessário perceber as intencionalidades que ocorreram no processo de seleção cultural que foram responsáveis por sua inclusão no currículo. Compreendo que em falar em conteúdo é se reportar a uma disciplina e vice-versa, como argumenta Josefina de Mello (2010, p.21).

---

<sup>5</sup> O conceito apresentado de conteúdo significativo deriva do estudo desenvolvido pela professora Circe Bittencourt (2009, p. 37), que define conteúdo significativo “vinculando-se a um critério de seleção baseado, direta ou indiretamente, nos problemas do aluno e da sua vida, em sua condição social e cultural”.

Ocorreu um intenso debate curricular durante os anos 1980 na Secretaria de Educação do Estado do Pará, quando foram organizadas durante a gestão do governador Alacid Nunes (1978 – 1982) <sup>6</sup> equipes de professores de 1º e 2º grau que redefiniram as propostas curriculares no Pará, diante das mudanças na legislação à época quando a lei nº 5.692 que possui um caráter de ensino profissionalizante foi substituída pela lei nº 7.044, que tinha um modelo de ensino voltado para o trabalho. O grande desafio era adequar os conteúdos de História a partir das novas demandas como nos lembra o professor William Junior<sup>7</sup>

No ano seguinte ou dois anos depois eu fui trabalhar em uma equipe, que estava sendo organizada [na Secretaria de] ensino do segundo grau. Essa equipe do 2º grau não era ligada diretamente a Secretaria de Educação, era ligada a uma fundação, então durante o governo Jader Barbalho, aliás, um pouco antes, no governo Alacid por conta da inflação muito elevada foram retirados os professores dessa fundação, que recebia pela CLT e passaram a serem professores estatutários, portanto não sujeitos aos reajustes mensais, então quando o Alacid acabou o governo e o Jader assumiu, era preciso organizar esses professores, que eram da fundação e passaram a ser incorporados ao Estado, quando foi criado o departamento de 2º grau juntamente com o departamento de 1º grau, subordinados a uma diretoria de ensino. O Secretário na época era o professor Wilton Moreira. Inclusive o Wilton tinha sido professor dele, além dos méritos que o professor Wilton tinha, ele foi convidado para ser secretário, era o momento da redemocratização, as bandeiras pela constituinte, as bandeiras pela reforma agrária, a intensa mobilização estudantil, a gente estava sedento de democracia depois do período autoritário pelo qual nós tínhamos passado, e coincidiu com a mudança da lei nº 5.692, que estava sendo substituído pela lei nº 7.044 tirando o caráter profissionalizante e instituindo o ensino para o trabalho<sup>8</sup>.

O professor William Junior ao ser entrevistado para esta pesquisa nos comenta que à época trabalhava na Secretaria de Educação no departamento de 2º grau, afirmando que o papel chave do departamento de 2º grau era a inclusão de novas disciplinas na grade estadual, ele participou das mudanças curriculares que foram propostas para esta etapa de ensino, inclusive lembrando que desta reforma curricular foram incluídas neste Estado as disciplinas

---

<sup>6</sup>Alacid da Silva Nunes foi um militar e político brasileiro que governou o estado do Pará por duas vezes.

<sup>7</sup>O entrevistado William Junior é formado em História pela Universidade Federal do Pará participou da equipe de professores que elaboram o currículo de 2º grau no Estado do Pará, que ocorreu durante a gestão de Jader Barbalho (1983-1986) no cargo de técnico pedagógico. O professor também participou da elaboração do livro didático de História do Pará organizado por Gerard Prost.

<sup>8</sup>JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

Filosofia e Sociologia no Ensino Médio, sendo um dos estados federativos pioneiros a incluir em seu currículo escolar<sup>9</sup>.

O Pará começou a trabalhar essa questão dois anos antes da lei, em 1984, o papel chave do departamento de segundo grau foi mudar as grades, introduzir novas disciplinas e convencer os professores das áreas técnicas a abdicar suas cargas horárias, isso tudo com uma discussão que não podia ser de cima para baixo, não tinha que ser uma ordem da secretaria para sermos cumpridas, então nós técnicos tínhamos que estudar muito educação, convocar assembleia de professores, era uma época de assembleia em tudo quanto era lugar, para discutir e aprovar junto as mudanças e conteúdos de grades curriculares, e foi nessa luta que conseguimos colocar a Filosofia e Sociologia em parceria com a Universidade Federal nas escolas, fomos umas das unidades da federação pioneiras em relação a isso, então veja a movimentação dos anos de 1980<sup>10</sup>.

As propostas curriculares se transformaram em disputas político-ideológicas de determinado grupo que visa ter uma hegemonia, construindo uma determinada versão pedagógica, que possui valores socialmente compartilhados. Percebemos que a questão regionalista era um debate presente na sociedade paraense, nos discursos da imprensa e na política como uma alternativa de desenvolvimento da região amazônica, frente ao desenvolvimento de outras regiões brasileiras.

O meio ambiente estava em voga nas discussões a nível internacional e o Brasil chamava atenção por causa da região amazônica, quando se discutiu a partir dos movimentos ambientalistas e de representantes de mais de 170 países, os caminhos que estavam tendo esta região. Era necessário diante de tal perspectiva desenvolver uma estratégia latino-americana que permitisse discutir as questões sociais e ambientais da região amazônica na escola, como nos afirma Moema Viezzer (1996).

Educar-mo-nos para nos desenvolver uma estratégia latino-americana na Amazônia significa reconhecê-la como um ecossistema habitado por várias espécies vivas, incluídas a espécie humana. Isso nos leva, entre outras coisas,

---

<sup>9</sup>Circe Bittencourt (2003, p.10) nos lembra de que passou a ser difundido pela internet um texto da educadora Silvia Manfredi a partir do 11/10/01, com a tramitação de um projeto de lei em Brasília do deputado Federal Padre Roque (PT/PR), que obriga o ensino de Sociologia e Filosofia no ensino médio (2º grau). O projeto foi aprovado no Senado durante o mês de Setembro e depois de ter sido avaliado foi rejeitado pelo Ministério da Educação, sofrendo um veto integral do presidente da República no dia 9/10/01. O projeto retornou ao Congresso Nacional para uma nova apreciação.

<sup>10</sup>JUNIOR, William. Entrevista concedida a Davison Alves. Belém, 14. Abr. 2015.

a rever os significados das fronteiras estabelecidas coo fruto da colonização branca (VIEZZER, 1996, p.239).

Os Parâmetros Curriculares Nacionais Transversais que debatem a questão do meio ambiente nos apresentam algumas possibilidades pedagógicas para uso no espaço escolar, quando admite que exista neste momento uma crise ambiental e que o futuro da humanidade depende da relação estabelecida do homem com a natureza, bem como dos usos de recursos disponíveis que se faz desta, portanto, este documento legal nos apresenta orientações didáticas para que o professor/aluno tenha uma consciência ambiental, onde se torna cada vez mais necessário que tenhamos “educação Ambiental como meio indispensável para se conseguir criar e aplicar formas cada vez mais sustentáveis de interação sociedade-natureza e soluções para os problemas ambientais” (BRASIL, 1997, p.22). Este mesmo documento apresenta os seguintes objetivos quando se trabalha o tema meio ambiente, ao logo dos oitos anos do ensino fundamental.

- Conhecer e compreender, de modo integrado e sistêmico, as noções básicas relacionadas ao meio ambiente;
- Adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis;
- Observar e analisar fatos e situações do ponto de vista ambiental, de modo crítico, reconhecendo a necessidade e as oportunidades de atuar de modo reativo e propositivo para garantir um meio ambiente saudável e a boa qualidade de vida;
- Perceber, em diversos fenômenos naturais, encadeamentos e relações de causa-efeito que condicionam a vida no espaço (geográfico) e no tempo (histórico), utilizando essa percepção para posicionar-se criticamente diante das condições ambientais de seu meio;
- Compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia;
- Identificar-se como parte integrante da natureza, percebendo os processos pessoais como elementos fundamentais para uma atuação criativa, responsável e respeitosa em relação ao meio ambiente. (BRASIL, 1997, p. 34)

Percebemos que as propostas elaboradas para o tema meio ambiente consolida o papel que possui o tema em debate quando se trata de região amazônica. Percebemos que a disciplina Estudos Amazônicos possui vários caminhos no Pará, dependendo da formação do professor que está ministrando esta disciplina, ele possui uma abordagem sobre o que ensinar em relação à Amazônia. A educação ambiental entrou no debate curricular da rede estadual no

Pará, pela proposta de criação desta disciplina regional, mas não foi compreendida pelos professores/autores que constroem suas narrativas didáticas sobre esta região.

O compromisso social do professor com a Educação era algo muito presente no discurso governamental dos anos 90, era necessário construir uma nova escolar para um aluno-cidadão do mundo que possuía novos desafios ao ensinar. A ideia era proporcionar uma educação para a vida e para o mundo, que encare o aluno como pessoa, um indivíduo que precisava desenvolver suas habilidades intelectuais no espaço escolar, esta perspectiva foi difundida a partir da Conferência Mundial Sobre a Educação, que aconteceu na cidade de Jomtien, na Tailândia onde se discutiu várias mudanças na educação em diversos países.

A disciplina ‘Estudos Amazônicos’ durante os anos 90 apresenta um dilema que precisa ser resolvido, o de consolidar o campo disciplinar Amazônia no espaço escolar. A criação da disciplina e a produção de dois manuais didáticos neste período reforçam a ideia de que era necessário repensar o ensino de história regional, invertendo as escalas de prioridades, onde o foco central de análise que seria o Estado Pará muda-se para algo de âmbito global, ou seja, pensar agora nas Amazônia enquanto um espaço regional de disputas de poder.

A criação dos chamados ‘Estudos Amazônicos’ como campo disciplinar reforça a ideia da necessidade de pensar as relações entre tempo, espaço, sociedade, cultura e meio ambiente na Amazônia, como categorias centrais para se pensar as transformações recentes que ocorreram nesta região. A proposta desta disciplina encara as questões do presente como um elemento central nas discussões em sala de aula, problematizando e criando outros sentidos de historicidades sobre o ensinar História regional.

### **Referências Bibliográficas**

ARENDT, Hanna. Entre o passado e o futuro. São Paulo: editora Perspectiva, 1972.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. O objeto em fuga: algumas reflexões em torno do conceito de região. Fronteiras, Dourados, MS, v. 10, n.17, p.55-67, jan./jun.2008.

ALMEIDA, Daniel Valter. A disciplina intitulada estudos amazônicos constituindo-se como mais um espaço para o conhecimento geográfico em sala de aula. Peru: Anais do Encuentro de Geógrafos de América Latina- 2013 (Versão Digital).

BARROS, José D'Assunção. História, Região e Espacialidade. Revista de História Regional 10(1): 95-129. UEPG, Verão, 2005.

BRASIL. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília. 1997.

BITTENCOURT, Circe. Identidades e ensino da história no Brasil. In: Carretero, Mario; Rosa, Alberto; González, Maria Fernanda. (Org.). Ensino da história e memória coletiva. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007, v. p. 33-52.

\_\_\_\_\_. Propostas curriculares de História Continuidades e transformações. In: Barreto, Elba. O currículo do ensino fundamental para as escolas brasileiras. Campinas, SP: Autores Associado. Fundação Carlos Chagas, 1998. – (Coleção Formação de Professores)

CASTRO, Edna. Cidades na Floresta. Edna Castro (Org.). São Paulo: Annablume, 2009.

COELHO, Maricilde Oliveira. Proclamar cidadãos: moral e civismo nas escolas públicas paraenses (1890-1910). Dissertação de Mestrado, Unicamp, 2004.

CHARTIER, Roger. A história ou a leitura do tempo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Teoria e Educação, Porto Alegre, Panônica, n. 2, 177-229, 1990.

CHEVALLARD, Y. La transposition didactique. Grenoble: La Pensée Sauvage, 1991.

CHOPPIN, Alain. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. Educação & Pesquisa, vol. 30, nº3, São Paulo set./dez. 2004.



FONSECA, Selva Guimarães. Didática e prática do ensino de história. Campinas: Papirus, 2011.

FREITAS, Letícia. Currículo cultural: o que ensinam os livros regionais sobre identidade? Revista currículos sem fronteiras, v.10, n.2, pp.106-118, jul/dez, 2010.

GASPARELLO, Arlette. A produção de uma disciplina escolar: os professores/autores e seus livros didáticos. Rev. bras. hist. educ., Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 147-177, set./dez. 2013.

\_\_\_\_\_. Construindo um novo currículo de História. In: Nikitiuk, Sônia (org.). Repensando o ensino de História. São Paulo: editora Cortez, 7ª edição, 2009.

GOODSON, Ivor. A construção social do currículo. Lisboa: Educa. Currículo, 1997

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

JUNIOR, Tiese. O que se diz da disciplina escolar da educação básica, do estado do Pará, chamada de “estudos amazônicos”? , s.d.

LOUREIRO, Violeta. Amazônia: uma história de perdas a danos, um futuro a (re) construir. Revista Estudos avançados 16 (45), 2002.

\_\_\_\_\_. Educação e sociedade na Amazônia em mais de meio século. Revista Cocar, vol.1, n.1, Jan/ Jun. 2007.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente? Revista Projeto História, 11.14. São Paulo: EDUC, 1997, p.25-39.

MELLO, Josefina. História da disciplina didática geral em uma escola de formação de professores: (re) apropriação de discursos acadêmicos nos anos de 1980 e 1990. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MOURÃO, Leila; AIROZA, Luís Otávio; SANTANA, Stela. A disciplina ‘estudos amazônicos’ e o ensino fundamental em escolas públicas paraenses. Anais 3º Workshop

Internacional de História do ambiente: História do Ambiente e Educação Ambiental, Florianópolis, 26 a 29 de novembro de 2013.

MORAIS, Stela. Professores de História e contadores de suas histórias: um estudo da prática educacional em escolas públicas e particulares de Belém. São Paulo: Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, UNIMEP, 2002.

REZNIK, Luís. História local: pesquisa, ensino e narrativa. Disponível em [http://www.institutocidadeviva.org.br/historiasdomedioparaiba/cms/wpcontent/uploads/2008/11/historia\\_local\\_reznik.pdf](http://www.institutocidadeviva.org.br/historiasdomedioparaiba/cms/wpcontent/uploads/2008/11/historia_local_reznik.pdf) acessado em 20 de Abril de 2015.

ROCHA, Helenice. Aula de História: que bagagem levar? In: Rocha, Helenice; Magalhães, Marcelo; Gontijo, Rebeca. A escrita da história escolar: memória e historiografia. Rio de Janeiro: editora FGV, 2009.

STEPHANOU, Maria. Instaurando maneira de ser, conhecer e interpretar. Revista Brasileira de História, vol. 18, n. 36, São Paulo, 1998.

VIEZZER, Moema. A educação ambiental no contexto de uma estratégia latino-americana para a Amazônia. In: Pavan, Crodowaldo. Uma estratégia latino-americana para a Amazônia. Brasília: Ministério do Meio Ambiente dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo, memorial, 1996. 3 volume.